

DESEMPREGO: O IMPACTO PSICOLÓGICO DO DESEMPREGO NA VIDA SOCIAL

Eloísa Corrado Fernandes de Moura¹, Flávia Maria Mendonça Ribeiro², Valdevino Krom³

- 1- Universidade do Vale do Paraíba. FCSA – Administração de Empresas e Negócios. Av. Shishima Hifumi 2911, Urbanova, 12244-000- São José dos Campos, S.P – elo.corrado@bol.com.br.
- 2- Universidade do Vale do Paraíba. FCSA – Administração de Empresas e Negócios. Av. Shishima Hifumi 2911, Urbanova, 12244-000- São José dos Campos, S.P – flavia.alex@pop.com.br.
- 3- Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IP&D, UNIVAP – Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova 12244-000 São José dos Campos –SP – Brasil – valkrom@univap.br.

Palavras chave: Desemprego, globalização, juros, informalidade e impactos psicológicos

Área do conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas.

Resumo - Desde meados dos anos oitenta até a presente data, estamos convivendo com o fantasma do desemprego, os motivos que levaram a esta situação são diversos. Especialmente a automação, robotização, globalização, informatização, dependência tecnológica, financeira e política. Os problemas sociais provocados pelo desemprego, fruto das transformações globais em curso, estão assolando dezenas de milhares de famílias que não sabem o que fazer e por onde recomeçar, pois sua auto-estima está totalmente debelada. Através de livros, jornais e revistas, procuramos entender o desemprego, suas causas, como ele age sobre as pessoas. Um estudo sobre o impacto que o desemprego causa na vida de uma pessoa, nada mais é do que uma forma de compreender o ser-humano, suas angústias e seus medos.

INTRODUÇÃO

Todos sabemos a importância de um emprego na vida de uma pessoa, daí, à vontade de compreender o que uma pessoa sente ao ficar desempregada, como isso interfere na sua vida pessoal, e em seu estado emocional. Os índices de desemprego aumentam a cada dia, e o número de pessoas preocupadas com os problemas que isto acarreta também. Afinal, em 20 anos, o Brasil pulou da nona para a segunda posição entre os países com maior quantidade de desempregados no mundo, ficando atrás apenas da Índia, um índice assustador que merece toda atenção, não só do governo, mais de toda a população brasileira.

CAUSAS DO DESEMPREGO:

O que provocou o desemprego no Brasil foi primeiro a abertura das importações, junto com um conjunto de fatores, a saber: Globalização, tecnologia, produtividade, desregulamentação, e privatizações.

A partir de 1991, o Brasil começou a abrir a sua economia. Nossas empresas viveram protegidas durante muitos anos pela chamada proteção à indústria nacional para que ela pudesse se fortificar e desenvolver. Durante as décadas 1960 a 1990 vivemos sob o regime da reserva de mercado, quando empresas nacionais e multinacionais instaladas aqui ficavam

"protegidas", dos produtos importados, que sofriam restrições de importação e até mesmo a proibição, e quando o produto era importado recebia uma taxa muito forte.

Os preços, neste período, eram aprovados pelo governo através de um departamento chamado "CIP". Funcionava da seguinte maneira: a empresa multinacional ou nacional obtinha um telex do governo autorizando o aumento. Assim, as novas tabelas entravam em vigor. Ninguém trabalhava com custos e competição. Os empregos se mantinham porque não havia competição, perdas com entrada de concorrentes no mercado, redução de margens de ganho, etc. Mas era uma economia irreal.

Outra situação ímpar em todo o mundo era que as multinacionais instaladas aqui gozavam de uma proteção devido à loucura da inflação brasileira, onde só trabalhava com lucro quem soubesse administrá-lo. As multinacionais sabiam muito bem como lidar com a inflação. Os juros altos foram um fator determinante para o fechamento de fábricas, empresas e postos de trabalho no Brasil, que não tem nada que faça ligação com a abertura das importações se o governo mantivesse as taxas no padrão internacional.

Baixar juros não foi possível pelo enorme déficit público devido a um estado gordo, caro, super regulamentado, e tudo que as reformas deveriam fazer para tornar o Brasil um país moderno. Os produtos que chegam de fora são financiados por

uma taxa de até 0,8% ao mês ou 3,5% ao ano, e as empresas brasileiras recebem financiamento a juros de 5% ao mês. Os produtos chegam ao Brasil com financiamentos de 180 a 250 dias naquelas taxas já citadas e a empresa brasileira perde mercado, se descapitaliza e dispensa, ou não contrata mão de obra.

Com o lançamento do programa brasileiro da qualidade e produtividade em 1988 o Brasil começou a se preparar para enfrentar os concorrentes estrangeiros e para a abertura das importações. Tudo que se viu de lá para cá foi um grande avanço na melhoria de nossa produtividade, melhor qualidade, mais eficiência da empresa brasileira, mas com isso temos menos empregos disponíveis e a impressão de desemprego.

O desemprego que ocorreu num setor industrial, por exemplo, criou emprego no setor de serviços. Um estado que possuía muitas vagas perdeu para outro que recebeu investimento de uma nova indústria que lá se instalou. E assim por diante.

DESEMPREGO:

No sentido quantitativo, o desemprego é simplesmente um jogo de números: o mesmo trabalho que há alguns anos costumava exigir uma centena de trabalhadores hoje pode ser feito por cinquenta – e talvez por dez amanhã. Isso não é novidade, é claro. Já estamos transferindo as tarefas de fabricação para as máquinas há quase duzentos anos. Agora, porém, o processo está avançando tão rapidamente que mudanças enormes ocorrem quase que do dia para a noite.

O aspecto quantitativo do desemprego atingiu seu ápice (ou seu ponto mais baixo, dependendo de onde está) na mania de redução de funcionários dos últimos anos. Iniciando-se com a premissa (que é verdadeira) de que a organização média tem mais empregados do que precisa ou pode permitir-se, uma conclusão é alcançada (que é falsa) de que a resposta é simplesmente reduzir o seu número.

Está ocorrendo uma mudança qualitativa também. Não se trata apenas de um número menor de empregados ao estilo antigo. As condições de trabalho motivadas pelas novas realidades tecnológicas e econômicas não são empregos no sentido profissional; e em grande parte do que está sendo feito nas organizações, atualmente, é feita por pessoas que não têm um emprego “real”.

A sociedade como um todo recebe efeitos delétricos do desemprego. O primeiro núcleo afetado é a família que tem dificuldades para suprir suas necessidades básicas deixando mesmo de aspirar níveis melhores de ascensão a melhores padrões de consumo, educação e assistência de saúde.

O segundo setor que recebe as restrições do desemprego estrutural ou generalizado é o empresarial, uma vez que cada desempregado significa um consumidor a menos no mercado.

O terceiro meio a sentir as limitações causadas pelo desemprego é o próprio governo, em todos os níveis, pois os requisitos de assistência crescem substancialmente.

CONSEQUENCIAS DO DESEMPREGO E O SEGURO – DESEMPREGO:

Desde os primórdios do surgimento do seguro-desemprego permanece como uma questão polêmica a possibilidade de que o benefício opere negativamente no estímulo à procura por trabalho por parte do desempregado. Trata-se do chamado “risco moral”, cuja existência tem sido apontada em praticamente todas as modalidades de seguro. No caso do desempregado, o argumento é que, ao sentir-se protegido, mesmo que parcialmente, ele torna-se relapso em buscar solução para sair dessa situação. Isto ocorre devido à aceitação de um suposto implícito de que o trabalhador possui a opção de voluntariamente escolher entre estar ocupado onde deseja, ou estar desempregado recebendo benefícios. Muitos desses trabalhadores transformam-se em desempregados de “longo prazo”, pressionando o seguro-desemprego por mais tempo que o desejado. Além disso, os desempregados estruturais requerem investimentos em capital humano, isto é treinamento e formação profissional, para serem recolocados no mercado de trabalho, o que demanda um tempo de realização freqüentemente mais amplo que o número de parcelas de benefícios a que tem direito. Este comportamento depende basicamente da relação entre o benefício que ele receberá e o salário que recebia na ocupação que originou sua dispensa. É a chamada “taxa de reposição”. Regra geral, quanto maior essa reposição salarial, mais o desempregado tende a protelar a busca por trabalho, ou então aceitar um novo emprego em condições compatíveis com suas características ocupacionais. Torna-se, também, reticente em aceitar treinamento, já que aumenta sua chance de recolocação. Tais fatores acabam, pelas evidências observadas em países europeus, a elevar o “desemprego de longo prazo”, seja quanto ao tempo deste, ou quanto à proporção dos que nele permanecem. Este expediente é também chamado de “armadilha do desemprego”, o qual tende a perpetuar a dependência do segurado no programa de seguro-desemprego na medida em que este é também generoso quanto ao número de parcelas de seguro, quanto ao pagamento de outros benefícios sociais, e quanto mais imperfeita for a articulação do seguro-desemprego com os demais programas

responsáveis pelo treinamento e pela recolocação do desempregado. Além do perigo do "risco moral", muitos argumentam que as dificuldades de administrar o programa de seguro-desemprego seja pela sua dimensão seja pelas suas peculiaridades, ele acaba por atuar como subsídio implícito ao trabalhador buscar a informalidade. Esta prática é possível onde às regras de elegibilidade e habilitação são fracas, e os controles referentes à burla e às fraudes são praticamente inexistentes. Com isso, torna-se possíveis procedimentos fraudulentos (implícitos e explícitos) entre empresas que desejam sonegar e/ou minimizar seus gastos com a seguridade social, e trabalhadores que pretendem receber os benefícios como complementação salarial. No caso de controles insuficientes, empresas e empregados, combinam demissões de forma a permitir a habilitação destes ao seguro, passando os mesmos a receberem seus benefícios, sendo recontratados pelas mesmas empresas. Ademais, esta possibilidade de utilizar o benefício seguro-desemprego como fonte de recursos para a informalidade, parece ser ainda maior, onde maior for a heterogeneidade do mercado de trabalho, e onde a demanda por trabalhos precários, serviços pessoais, e outras modalidades de empregos atípicos é ampla e disseminada. A articulação de políticas comandada pelo governo federal, institucionalmente imposta é imprescindível melhorar o desempenho do seguro-desemprego, e das políticas ativas, mas não esgota os instrumentos necessários para um real aprimoramento desse conjunto de programas e/ou políticas. Este procedimento se impõe uma vez que os serviços públicos são oferecidos de forma de monopólio, possuindo o risco, não desprezível, de atuar de forma ineficiente do ponto de vista econômico, e indesejada do ponto de vista social.

ÍNDICE DE DESEMPREGO:

A população brasileira continua classificando os altos níveis de desemprego como o principal problema do País. Na pesquisa realizada entre os dias 7 e 9 de maio de 2004 pelo instituto Sensus para a Confederação Nacional do Transportes (CNT), 43,1% dos dois mil entrevistados apontaram a falta de postos de trabalho como o principal problema a ser enfrentado no Brasil. O desemprego atingiu em abril 13,1% da população economicamente ativa das seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com o IBGE. Essa é a maior taxa desde que a pesquisa de emprego começou a ser feita, em outubro de 2001. O recorde anterior era de 13% --em junho e agosto do ano passado. Em março deste ano, a taxa estava em 12,8%. O total do desempregados

pulou de 2,72 milhões de pessoas em março deste ano para 2,81 milhões em abril. O número de pessoas ocupadas cresceu 0,7% no período, o que representou a criação de 460 mil postos de trabalho. A maior taxa de desemprego entre as seis regiões pesquisadas foi registrada em Salvador, onde ficou em 16,6%. São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram taxas de 14,5% e 10,7%, respectivamente. As outras regiões pesquisadas são: Recife (14,3%), Belo Horizonte (11,4%) e Porto milhões em abril. Entre as pessoas que estavam procurando emprego em abril, 20% nunca haviam trabalhado e 47% têm menos de 24 anos. A Fundação Seade/Dieese divulgou na semana passada que a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo subiu pelo quarto mês consecutivo e bateu novo recorde histórico. Em abril, a taxa ficou em 20,7% da PEA (população economicamente ativa).

IMPACTO PSICOLÓGICO:

Muita gente conhece de perto a força avassaladora com que o desemprego invade o cotidiano familiar, modificando hábitos e impondo novas atitudes. Além de perder confortos e privilégios, muitas vezes, marido, mulher e filhos são obrigados a rever valores e papéis.

Não é novidade que a mulher participa cada vez mais do mercado de trabalho. Empurrada pela necessidade econômica ou pela vontade de se realizar profissionalmente, ela divide com os homens a manutenção da família. No entanto, o fardo mais pesado continua sobre os ombros masculinos. Afinal, a sociedade atribui a eles a responsabilidade financeira da casa. Isso explica em parte, por que o desemprego masculino costuma ser mais traumatizante para todos os envolvidos. A "sociedade", diz o psicólogo Sócrates Nolasco, "espera que o homem seja o provedor. Quando isso deixa de acontecer, podem surgir crises conjugais e familiares".

O desemprego acelera o fim dos relacionamentos frágeis e aproxima os casais que têm laços sólidos. O fortalecimento da relação, no entanto, está longe de significar ausência de problemas.

A identidade masculina é em grande parte construída sobre o eixo profissional e a esfera pública: "O trabalho para o homem é uma porta para o mundo. Uma forma de ele se afirmar e conquistar poder. E quanto mais ele resume sua vida a esse papel, maior será o choque com o desemprego", diz o psiquiatra Ronaldo Pamplona. Sobre a reação feminina a esse tipo de situação, a psicóloga Denise Dini diz que ela está ligada a valores arraigados: "As mulheres foram acostumadas a ligar masculinidade à força e a enxergar nos homens seu porto seguro. Quando essa imagem se desfaz, muitas se decepcionam profundamente". Outro aspecto que atinge em

cheio os sentimentos femininos é a necessidade de assumir as despesas básicas. Muitas esposas que não trabalham acabam procurando emprego e as que têm rendimento próprio se vêm obrigadas a usar o talão de cheques – que antes pagava apenas o supérfluo –, para dar conta do aluguel e do supermercado.

Quando o desemprego se prolonga, é comum que esses profissionais sejam vítimas dos seus próprios sentimentos negativos. Desanimados e com a autoconfiança em baixa, eles têm menos chance de serem contratados. Como o trabalho demora a surgir, esses sentimentos ganham ainda mais força e espaço.

O aspecto financeiro de um emprego é tão evidente que as pessoas subestimam sua função psicológica. Embora não o perceba até ficar desempregado, as maiores das pessoas são definidas em termos de seus empregos, ligados a uma comunidade mais ampla através de seus empregos, e providos de estrutura e propósito através de seus empregos.

Um emprego ajuda as pessoas a dizer de si mesmas e aos outros quem elas são. Nas sociedades aldeãs e tribais do passado, a identidade era estabelecida pelo nascimento. Poderia ser elevada ou rebaixada um pouco pelas atividades subsequentes, mas para a maioria das pessoas Quem Você É costuma ser uma dádiva. Conosco não é assim. Ninguém pode dizer, quando nascemos, quem seremos em nossa fluida sociedade. As pessoas tecem identidades próprias a partir dos amigos que têm, da vida familiar que criam, das suas atividades, das escolas e igrejas que freqüentam – e dos empregos que têm. Principalmente dos empregos. Quando pessoas se encontram pela primeira vez, costumam perguntar sobre o trabalho, sobre o emprego da outra.

O trabalho proporciona à maioria das pessoas sua rede central de relações. Sejam colegas de trabalho ou não, seus melhores amigos, o emprego é para a maioria das pessoas o contexto social permanente em que levam suas vidas. São suas pequenas tribos, seus minúsculos vilarejos. Mesmo que não gostem de todos, as outras pessoas tornam-se parte de suas vidas. Quando uma delas desaparece por alguma razão, fica um vazio. Se um indivíduo perde seu emprego, todas essas pessoas desaparecem. A vida parece mais insípida, mais tênue. Pessoas sem empregos sentem-se sozinhas.

O emprego tem uma estrutura de tempo, e sem ele a vida pode parecer tão enorme e vazio quanto o espaço exterior. Com ele, uma pessoa tem fronteiras claras: você chega ao emprego às 8 horas e sai às 17 horas. Tira 45 minutos para o almoço. O emprego estabelece um padrão para os dias, as semanas e os anos da vida das pessoas. Ele faz a vida – um negócio confuso na

melhor das hipóteses – mas é previsível. Sem um emprego, o tempo se arrasta interminavelmente.

Um emprego dá às pessoas papéis a serem desempenhados e lhes diz o que elas precisam fazer para que se sintam bem em relação à contribuição que oferecem. Dá a elas um modo de saber quando fizeram sua parte e lhes diz quando seus resultados são satisfatórios. Os empregos proporcionam às pessoas um lugar onde devem comparecer regularmente; uma lista de coisas a fazer; um papel a desempenhar numa empreitada maior; um conjunto de expectativas em relação às quais possam estabelecer um padrão de comparação. Dá a elas um senso de propósito diário. E a realização de cada propósito é uma forma de melhorar a auto-estima.

Para a maioria das pessoas, em suma, um emprego é a fonte principal de significado e ordem em suas vidas. Não é de se admirar que perder um emprego seja tão devastador psicologicamente.

FORMAS DE COMBATE AO DESEMPREGO:

De acordo com o IBGE, havia 2,7 milhões de pessoas sem trabalho no país em Março 2004. Isso corresponde a uma taxa de desemprego de 12,8 % - o pior resultado desde Outubro do ano passado. Com uma política voltada para o crescimento econômico, a queda desse número para 9 % seria factível, segundo os economistas. Daí em diante, a situação só melhoraria com outro tipo de reforma. “Seria preciso mudar as leis trabalhistas para aumentar a flexibilidade do sistema e reduzir os custos de contratação. Esse é o grande nó do mercado de trabalho hoje em dia”, diz o economista José Márcio Camargo, da PUC do Rio de Janeiro. “No curto prazo a taxa de desemprego cai com a recuperação da economia, mas no longo prazo serão necessárias medidas estruturais”.

É necessário tornar o Sistema Público mais eficiente, uma maneira de fazer isto, é introduzindo sinais de mercado, de modo a torná-lo “**contestável**”, buscando conduzi-lo a atuar de maneira eficiente e eficaz. O conceito de contestabilidade, já consagrado no campo da microeconomia, agora aplicado ao mercado de trabalho, estabelece que deve haver a perspectiva de competição nas atividades e serviços públicos para elevar a eficiência e o direcionamento dos programas.

Essencialmente, isto implica que as atividades desenvolvidas, e os serviços prestados, na esfera pública, possam ser confrontados, e contestados, por outros provedores de serviços capazes de oferecer os mesmos serviços com menor preço e maior qualidade. Evidentemente isto somente pode ocorrer num sistema de mercado onde os provedores públicos e privados operam sobre as mesmas condições. O governo deve garantir esta

igualdade separando seu papel de comprador de serviços públicos, daquele de provedor de tais serviços. Somente assim haverá igualdade de condições para competição entre o setor público e o setor privado. Alguns países tem introduzido nas atividades dos SPE, recomendando-se experiências no caso brasileiro, os seguintes estímulos orientados para o mercado:

a)Licitação: consistindo no processo de usar procedimentos competitivos para decidir quem tem o direito de produzir e/ou entregar bens e serviços. Tem o objetivo de ser uma alternativa ao monopólio da oferta pelas agências públicas. Um obstáculo a vencer neste processo, é a resistência corporativa do *staff* governamental envolvido na provisão desses serviços.

b)Vale-Serviço: o beneficiário do serviço recebe um voucher que o habilita a buscar a melhor oferta de emprego ou treinamento, obrigando "produtor" a buscar seu melhor desempenho. De posse desse vale, o trabalhador pode selecionar a melhor oferta, evitando o monopólio do governo e introduzindo a competição entre os ofertantes. Visando tornar esse expediente mais realístico. Para contar com a participação efetiva do trabalhador, muitas vezes, exige-se sua contrapartida financeira. Para produzir efeitos positivos, a utilização de voucher deve contar com as seguintes condições- acesso à informação pelo beneficiário, baixo custo de acesso a esta informação, motivação do trabalhador, e diversidade de ofertantes.

c)Agências Privadas de Emprego: consiste em permitir e estimular, no espírito da Convenção 96 da OIT, a utilização dessas organizações como ofertante de serviços de emprego, em especial a intermediação e recolocação de mão de obra. Esta tendência à liberalização tem ocorrido em inúmeros países, mas tem sido objeto de muitas críticas. Seus opositores argumentam que sem o monopólio, o Serviço Público de Emprego não pode atuar na plenitude em oferecer serviços gratuitos aos trabalhadores, em especial os desempregados de longo prazo, uma vez que estes tendem a ser recusado pelas agências privadas. Estas, de acordo com a experiência americana, preferem contemplar os trabalhadores de melhor qualificação, mais fáceis de serem recolocados. A superação desse problema deve vir através de um adequado **sistema regulatório** determinado pelo Estado, visando impedir tais abusos, combinado com o pagamento de taxas ao setor privado para auxiliarem o SPE a recolocarem os desempregados de maiores riscos e os trabalhadores incapacitados.

Ainda que as agências privadas atuem tipicamente em determinados setores do mercado de trabalho, no que diz respeito ao processo de intermediação, isto não significa que não venham a se motivar para operar em outras áreas,

inclusive com os desempregados com maior dificuldade de recolocação. Caso o governo decida financiar, parcialmente, estas agências, assim como gastar com o Serviço Público de Emprego, para atuar junto a esses desempregados é possível que isto venha a ocorrer. Todos estes procedimentos devem ser apreciados sob a ótica de sua utilização visando estimular a competição no Serviço Público de Emprego no caso brasileiro. Nem todos devem ocorrer simultaneamente, ou devem ser necessariamente experimentados. Assim procedendo, é provável que os serviços prestados pelos próprios agentes públicos venham a se tornar mais eficientes, e direcionar melhor suas atividades ao público-alvo. O importante é que a articulação das políticas venha a se complementar, não só pela ação direta do Poder Executivo, mas pela saudável exposição de algumas atividades à competição com o setor privado. Visando não acumular erros, devem-se priorizar as experiências-piloto, cujos resultados permitem refazer os procedimentos utilizados com custos menores. Um fator que contribui muito para o amortecimento das taxas de desemprego são as Micro e pequenas empresas, segundo o IBGE. Ao fazer pela primeira vez um estudo detalhado das micro e pequenas empresas de comércio e serviços, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluiu que elas atuam como "colchão amortecedor do desemprego". Pelo menos foi o que ocorreu entre 1998 e 2001. Neste período, enquanto nas empresas de médio e grande porte o pessoal ocupado aumentou 9%, nas micro e pequenas o crescimento foi de 32,2%. Nelas, o número de pessoas trabalhando saltou de 5,5 milhões para 7,3 milhões, o que respondeu por 60,8% da mão-de-obra de comércio e serviços em 2001. Segundo a diretora de pesquisas do IBGE, Martha Mayer, o Estudo Especial sobre Micro e Pequenas Empresas, divulgado hoje pelo instituto, vem à tona em um momento oportuno, quando o governo estuda maneiras de aumentar a geração de empregos no país. Por conta disso, afirmou a pesquisadora, as especificidades das empresas de pequeno porte precisam ser consideradas, dado o grande potencial do segmento na criação de postos de trabalho e na geração de renda. A facilidade na contratação de mão-de-obra e a elevada taxa de natalidade de empresas são características próprias que explicam em parte o aumento do contingente de empregados nos últimos anos. Mas as micro e pequenas empresas também tiveram o papel de absorver trabalhadores egressos das companhias de médio e grande porte, que nos últimos anos reduziram seu quadro de funcionários em processos de ajustes decorrentes de privatizações, fusões e mesmo incorporação de tecnologia. "Muita gente aderiu a um plano de

demissão voluntária e montou um negócio", comentou Saldanha. Outro problema causado pelo desemprego é a redução da renda, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a renda média do trabalhador caiu 0,9% em relação a março. Se comparada a abril de 2003, a redução da renda ficou em 3,5%. Na comparação com abril do ano passado, o rendimento dos empregados com carteira assinada caiu 2,9%. A dos empregados sem carteira foi reduzida em 4,3% e a dos trabalhadores por conta própria aumentou 3,2%.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto acreditamos que o primeiro passo seria levar aos desempregados uma motivação pessoal, e mostrar-lhes que a situação atual nos obriga a desenvolver nossos talentos em diversos tipos de trabalho. A situação hoje vivida no Brasil requer de cada um de nós uma mudança, novas aprendizagens, reciclagem e versatilidade.

A modernização teve um preço que é o fechamento dos postos de trabalho. Sendo assim, as taxas de desemprego chegaram a níveis jamais vistos no país. O país precisa avançar na inovação tecnológica. Os investimentos em tecnologia podem garantir uma política agressiva de comércio exterior e compromisso de crescimento econômico.

Hoje sofremos ainda com o grande quadro concreto de desempregados, estagnação econômica e corte nos gastos sociais.

A redução do desemprego é, portanto, um desafio premente cuja solução deve merecer atenção de indivíduos e instituições que estejam interessados na manutenção da estabilidade civil e política do país.

BIBLIOGRAFIA:

Pimentel, Rosalinda Chedian. Uma Nova Armadilha: Mais Escolaridade e Mais Desemprego, São Paulo : Amais Livraria e Editora ,2001. 103 pág. 3º edição

Freitas, Lemita de Azeredo. E uma carreira profissional sólida se desmancha no ar, São Paul: Universitária,2000. 197 pág. 5º edição

Bridges, Willian. Um mundo sem empregos, São Paulo: Markron Books, 2000. 269 pág. 2º edição

O desafio do emprego no Brasil. Lima,A Oliveira, PHD. Curitiba.Disponível em <<http://www.netpar.com.br> > Maio de 1999.

A crise bate à porta. Revista Crescer, São Paulo. vol.5 nº54, setembro 1998

Desemprego, informalidade e pobreza. São Paulo. Conjuntura econômica, vol.3 nº29, abril 2001

Desemprego bate recorde em abril e atinge 2,8 milhões de pessoas . Grabois, Ana Paula. Rio de Janeiro . Disponível em <<http://www.folha.com.br>> 25 de maio de 2004.